

Resenha

A cultura do novo capitalismo, de Richard Sennett

The culture of new capitalism, Richard Sennet

EDUARDO LEITE LOPES

Richard Sennett possui grande contribuição para o avanço da pesquisa crítica da sociedade contemporânea, uma vez que estuda o cenário atual da produção laboral, bem como analisa a nova hierarquia social vigente. Entretanto, sua obra é pouco lida e discutida no cenário brasileiro (MACIEL, 2017). A presente resenha tem como objetivo apresentar e discutir uma de suas principais produções, “A cultura do novo capitalismo”.

O autor realiza uma análise profunda acerca das características fundamentais da cultura do novo capitalismo e seus impactos na sociedade. Aponta que o resultado da transmutação do capitalismo não gerou um senso comunitário, mas se refletiu em um grau mais elevado de instabilidade social e desigualdade econômica.

A obra retrata a evolução das instituições capitalistas e a decadência da burocracia. Aborda o constante temor do trabalhador de se tornar dispensável, trata das mudanças institucionais no trabalho e dos valores críticos que podem responder aos efeitos negativos do novo capitalismo. O sociólogo assevera que as novas instituições formularam as

capacidades pessoais dos trabalhadores da geração contemporânea, mas também o declínio das habilidades “artesaniais” daqueles que dominavam todo o processo da produção. As grandes corporações forjaram uma nova cultura do consumo, influenciaram a política e convenceram de que o seu estilo é o futuro.

O declínio do trabalho burocrático é marcante na obra do autor. O trabalhador contemporâneo, almejado pelas corporações, é um indivíduo que se adapta a constantes mudanças e improvisa o curso da própria vida (relações de curto prazo, mudança contínua de emprego e tarefas laborais); que desenvolve rapidamente novas habilidades e se molda de acordo com a demanda (a vida útil das capacidades é curta); que possui a propriedade de descartar facilmente as experiências vividas (assemelhado ao consumidor ávido por novidades, que descarta bens úteis e ainda capazes).

O intento da obra analisada é justificar que essas mudanças estruturais não libertam os indivíduos, mas aprofundam o seu aprisionamento. A cultura propagada pelas instituições do novo capitalismo molda o indivíduo e a sociedade de acordo com os anseios de um “ideal lucrativo”, aperfeiçoando as suas estruturas de dominação a serviço de uma clientela internacional de investidores, controlando inclusive a política estatal e o futuro da sociedade global.

No primeiro capítulo, Richard Sennett aborda a atualização estrutural do capitalismo. Discorre sobre a evolução das instituições, o desenvolvimento da sociedade conforme as novas demandas do mercado e a derrocada da burocracia secular. Aprofunda também as características das novas relações profissionais exigidas pela política mercadológica do resultado de curto prazo, que afetaram a confiança gradualmente construída pelas relações estáveis e a sensação de ordem que a burocracia gerava.

A expansão dessa cultura do novo capitalismo para além das fronteiras nacionais é um dos resultados do fenômeno da globalização. As grandes corporações capitalistas passaram a dispor de investidores impacientes em todo o mundo, além de uma estrutura organizacional de alta complexidade para atender aos anseios dos mercados. A afirmação de que a única constância do capitalismo é a instabilidade encontra amparo nas oscilações dos mercados, na frequente abertura e fechamento das empresas e na migração em massa da mão de obra.

O sociólogo afirma ainda que essa mudança do cenário capitalista, observada no final do século XX, desencadeou três reformas estruturais significantes no âmbito das corporações. A primeira foi a transferência do poder gerencial das empresas para o controle acionário (o

controle das corporações se transfere dos burocratas para os acionistas). A segunda mudança foi a adaptação das corporações às novas demandas urgentes dos mercados, o que consiste na propriedade de se reinventarem continuamente para não se tornarem obsoletas. A terceira mudança foi o desenvolvimento de novas tecnologias que possibilitaram a comunicação instantânea em escala global para dar conta dos desejos intensos do capital.

As escolas, no intuito de moldar os trabalhadores às novas exigências dos mercados e de suas corporações, se tornaram padronizadas tanto em conteúdo aplicado quanto em modelo de negócio. O jovem passa por um sistema de formação pessoal que o prepara e o encaminha ao mercado de trabalho no mesmo formato de uma linha de produção. Os trabalhadores se tornaram mais tolerantes ao fracasso pessoal, uma vez que não há mais tempo para frustrações. Assim se extinguiu a identificação do trabalhador com o próprio trabalho e também com a sua classe. Não há mais carreira e nem articulação entre os seus pares. Essa engenharia comportamental é perversa, mas eficaz. Pouco trabalhadores ascendem profissionalmente; entretanto, servem de exemplo para os demais:

Esta condição *fake* é ambígua, na medida em que parcialmente possibilita alguma realização pessoal na história de vida de uma minoria que “vence” no mundo corporativo e é recompensada com altos salários e congratulações. Uma vez que alguns sempre vencem, a promessa de vitória é perenemente estendida a todos. (MACIEL, 2017, p. 289).

O resultado dessas mudanças estruturais da cultura do novo capitalismo foi apontado por Richard Sennett como a emergência dos “três déficits sociais”, a saber: o baixo nível de lealdade institucional (o trabalhador perdeu a admiração pela empresa e seu gestor), a diminuição da confiança formal entre os trabalhadores (relações efêmeras e superficiais) e o enfraquecimento do conhecimento institucional (não se sabe de fato como a empresa funciona).

O segundo capítulo trata das competências e habilidades desenvolvidas pelos trabalhadores a fim de se enquadrarem no perfil de profissionais determinado pelas corporações do novo capitalismo. Nas palavras de Maciel:

Em lugar do homem motivado da ética protestante de Max Weber, surge o indivíduo irônico do mundo corporativo contemporâneo (...). A corrosão do caráter significa que os indivíduos que compartilham desta cultura do novo capitalismo não têm a chance de aprender e desenvolver laços afetivos e morais de longo prazo. Desconhecem o que é compartilhar metas coletivas verdadeiras e caem no individualismo narcísico e exacerbado. (MACIEL, 2017, p. 288)

Ainda no mesmo capítulo, o autor trata do temor dos profissionais de se tornarem obsoletos, da forma como as empresas monetizam o talento do trabalhador e do novo ambiente profissional implementado. Sennett afirma que a imagem de inúmeros desempregados nos portões das fábricas, à procura de emprego, gerou sequelas permanentes na sociedade. O resultado prático foi o maciço investimento na capacitação dos filhos, uma vez que os trabalhadores acreditavam que esse esforço garantiria o futuro emprego da prole. Entretanto, essa expectativa foi fulminada pela mão de obra superqualificada e barata encontrada em outros países.

A oferta global de profissionais superqualificados com salários irrisórios é um dos “fantasmas da inutilidade”. O segundo fantasma é o temor do desenvolvimento tecnológico que substitui o trabalho humano. As máquinas passam a realizar tarefas mais complexas, ampliando o desemprego e reduzindo o salário dos que ainda estão empregados. O terceiro é a gestão do envelhecimento. Em um universo no qual a alta performance é religião, os empregados mais velhos são vistos como acomodados, lentos e com pouca energia. O empregador opta por contratar um trabalhador jovem em vez de reciclar o treinamento de um mais velho, por entender ser bem mais lucrativo assim.

Sennett ainda analisa a formulação da aptidão potencial (espécie de simbiose entre espírito de empenho e perícia) e a meritocracia. As corporações usam desse expediente antagônico entre a aptidão potencial e a meritocracia para a dominação social, uma vez que a pirâmide hierárquica não comporta todos os trabalhadores em seu vértice, sendo necessário descartar os “inúteis”. Nas palavras do autor: “os jovens considerados sem talento não se destacam como indivíduos, tornam-se um organismo coletivo, uma massa” (SENNETT, 2011, p. 115).

No terceiro capítulo, Richard Sennett trata da expansão da cultura do consumismo e da sua chegada à esfera política. Na sociedade contemporânea, onde as relações são superficiais e ágeis, o ressentimento passa a ser o motor de propulsão para o consumismo político. A insegurança material fortalece o instinto da autopreservação, que por sua vez faz resistência a mudanças no cenário político. O conjunto das mudanças estruturais que impactaram o capitalismo também encontra ressonância no voto. Cria-se a figura do consumidor pressionado a comprar um candidato ao invés do eleitor indignado que almeja uma real melhora da sociedade.

A política se transformou em um produto, e o *marketing* passa a ser a ferramenta para alcançar os “consumidores eleitorais”. Para o autor, a política tornou-se perigosamente

embalável, rotulável e comercializável. Deixou de ser uma construção social democrática que busca o atingimento dos interesses da coletividade e passou a ser um produto sedutor trabalhado pela publicidade. Não se sabe quais são os ideais políticos por trás da propaganda e menos ainda as instituições que têm interesse em “comercializar esse produto”.

Sennett defende que o conceito da paixão autoconsumptiva (aquela que ao atingimento da meta se apaga) é inerente à natureza do indivíduo moderno e às suas atividades. Na nova estrutura do capital, que relegou a antiga burocracia ao passado, evidencia-se a fragilidade na posse de certa posição hierárquica nas corporações. Uma posição profissional alcançada não é um fim em si mesma, vez que os cargos se desgastam, e as corporações se reinventam. O contexto contemporâneo conferiu à perícia o grau de subtilidade, uma vez que as organizações passaram a valorizar a capacidade adaptativa do trabalhador em detrimento da experiência adquirida ao longo de anos de labor. O consumismo é o resultado, mas também confere legitimidade a essas experiências.

Nesse sentido, a paixão consumptiva é inebriante e não possibilita aferir que os “produtos” são quase idênticos. As características que os distinguem não valem o preço maior que se paga para a sua aquisição. Nas palavras de Sennett, “o consumidor busca o estímulo da diferença em produtos cada vez mais homogêneos” (SENNETT, 2011, p. 137). Não usamos todos os recursos do “produto” desejado e menos ainda nos limitamos apenas a consumir estritamente o que é necessário, o “consumo de potências” de Sennett.

Esse entendimento encontra lastro também na política, surgindo a figura do consumidor-espectador-cidadão que se afasta do campo progressista e vai em direção à política mais passiva. São cinco as características que compelem o consumidor-espectador-cidadão a se resignar à cultura do novo capitalismo inserido na política: (1) é convidado a aprovar plataformas políticas que mais parecem plataformas de produtos; (2) as diferenças são laminadas a ouro (partidos políticos concorrentes devem dar ênfase às suas diferenças, o marketing de personalidades); (3) é preciso esquecer a “retorcida madeira humana” (o resultado de curto prazo sobrepõe a verdadeira necessidade da sociedade); (4) a política de mais fácil utilização é a que recebe crédito (modernos consumidores deixam de pensar como artesãos); (5) é necessário aceitar constantemente novos produtos políticos em oferta (as pessoas perderam a confiança na política e nos políticos).

No quarto e último capítulo da obra, Richard Sennett descreve três valores críticos da cultura do novo capitalismo: a narrativa, a utilidade e a perícia. O autor utiliza cada um dos três valores críticos como ferramentas sociais que podem corrigir os déficits causados por essa cultura.

O valor crítico da narrativa é explicado pela experiência que se acumulava com o passar do tempo, que conectava acontecimentos e dava movimento narrativo à vida das pessoas. Sennett observou na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos “instituições paralelas” empenhadas no senso de comunidade que falta aos trabalhadores nas corporações. Essas instituições repensam a natureza dos sindicatos. Propõem-se não só a funcionar como agência de empregos, mas a proporcionar debates, a organizar eventos sociais e a dar amparo aos trabalhadores. A segunda iniciativa para combater os efeitos críticos da falta de narrativa é a partilha de empregos (trabalhador com mais de um emprego com jornadas de trabalho reduzidas). A terceira maneira é a implementação da renda básica, que permite a subsistência daqueles que não possuem emprego.

O segundo valor crítico da cultura do novo capitalismo é a utilidade. Ser útil é contribuir e pertencer à sociedade, confere *status* ao trabalhador. A atividade é útil se o Estado assim o reconhecer. Dessa forma, Sennett aduz que uma das formas de se combater os efeitos negativos da cultura do novo capitalismo é o reconhecimento estatal dos trabalhos úteis às famílias — a título de exemplo, as mães que cuidam dos filhos e os adultos que cuidam dos pais idosos. Para o autor, o governo deveria remunerar esse tipo de trabalho, uma vez que são tarefas penosas e representam “o supremo teste do capital social”.

O terceiro valor crítico da cultura do novo capitalismo é a perícia. É o desejo de fazer alguma coisa bem feita por si mesma. A perícia confere comprometimento, como a lealdade institucional também o faz. A cultura que vem emergindo oprime os indivíduos para que não percam oportunidades. Ao invés de conferir coesão, a cultura confere dispersão entre os trabalhadores. Para Sennett, a perícia reforça o espírito e motiva os trabalhadores emocionalmente, ao invés de sucumbirem na luta pela sobrevivência.

Diante de toda a análise tecida até aqui sobre a obra, conclui-se que Sennett, ao observar o conjunto de características da cultura do novo capitalismo, aponta para a não legitimidade do conceito de autenticidade contemporânea. A nova “jaula de ferro” do capitalismo é sustentada por um reconhecimento *fake*, no qual os indivíduos apenas criam expectativas de atingimento do sucesso e se frustram constantemente pelo não atingimento dos seus objetivos. Aqueles indivíduos que se encontram no vértice da hierarquia social provavelmente não fizeram jus ao prestígio e ao sucesso de que desfrutam; nos termos de Maciel (2017, p. 290), são apenas resultado de um “horizonte moral distorcido”.

REFERÊNCIAS

MACIEL, Fabrício. Reconhecimento e desigualdade: da ética da autenticidade à cultura do novo capitalismo. *Ciências sociais Unisinos*, v. 53, n. 2, p. 281-291, 2017.

SENNETT, Richard. *A Cultura do Novo Capitalismo*. 3 ed. Rio de Janeiro. Editora Record. 2011.

Eduardo Leite Lopes

Mestrando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF).